



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

MEMÓRIA DA REUNIÃO

DADOS OFICIAIS DE COMPROMISSO

Pauta: 5º Reunião da Câmara Temática de Segurança Turística

Data: 27/08/2026

Hora: 15:00 a 16:00 PM (Hora de Brasília)

Local: Reunião Microsoft Teams

Tipo: () Presencial (X) Vídeo conferência () Híbrido

PARTICIPANTES

Participantes do MTur

Nome	Órgão	Email
Tatiana Oliveira	Ministério do Turismo	tatiana.oliveira@turismo.gov.br
Rafael Valverde	Ministério do Turismo	rafael.valverde@turismo.gov.br
Wanessa Neres	Ministério do Turismo	wanessa.neres@turismo.gov.br
Lindalva Barbosa	Ministério do Turismo	lindalva.barbosa@turismo.gov.br

Participantes Externos

Nome	Órgão	Email
Pollyana Pugas	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA	pollyana.pugas@gmail.com
Leonardo Persi	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - EMBRATUR	leonardo.persi@embratur.com.br
Vitor	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - EMBRATUR	vitor.junior@embratur.com.br
Rejane Cabral	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH	contratuh@contrtuh.org.br



DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

Tatiana Oliveria (Mtur) – Deu início a reunião, apresentando como sugestão de pauta o acompanhamento do andamento das subcâmaras temáticas, bem como a definição dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Câmara Temática de Segurança Turística nos últimos três meses do ano. Questionou se a Câmara deveria concentrar sua atuação nas subcâmaras, para posterior consolidação de uma agenda final, ou se deveria abordar outros temas específicos, mencionando como exemplo a demanda relacionada ao enfrentamento do uso de drogas em destinos e pontos turísticos, encaminhada por meio de indicação parlamentar para discussão na Câmara Temática. Ao final, deixou a definição da ordem dos trabalhos em aberto, sugerindo que os participantes decidissem entre tratar inicialmente dos encaminhamentos das subcâmaras ou realizar a discussão mais ampla sobre os trabalhos da Câmara.

Leonardo Persi (Embratur) – Sugeriu que a Câmara mantivesse as pautas já em andamento, considerando o volume de ações previstas para os próximos três meses. Sobre a demanda relacionada ao uso de drogas em destinos e pontos turísticos, ressaltou que se trata de uma questão social ampla e que deve ser avaliada quanto à sua relação direta com o turismo e à pertinência de ser tratada pela Câmara Temática de Segurança Turística.

Tatiana Oliveria (Mtur) – Concordou, ressaltando que a demanda sobre o uso de drogas possui caráter social mais amplo e que sua ocorrência em destinos ou atrativos turísticos não a torna necessariamente uma questão do setor. Informou que o tema foi encaminhado à Câmara Temática por orientação do gabinete e que caberia aos participantes avaliar sua pertinência e possíveis formas de abordagem, considerando a complexidade da questão e as demais prioridades da Câmara.

Pollyana Pugas (Abeta) – Concordou com a avaliação apresentada e ressaltou que, por se tratar de uma demanda, seria necessário analisá-la. Sugeriu o levantamento dos temas ainda pendentes no âmbito da Câmara Temática, com a elaboração de uma lista que pudesse ser compartilhada entre os participantes. Propôs, ainda, a definição de prioridades e de um cronograma para os temas, considerando o calendário de eventos e as demais demandas dos participantes.

Tatiana Oliveria (Mtur) – Informou que permanece como demanda da Câmara a discussão sobre segurança pública, tema anteriormente apresentado por Vitor, incluindo a proposta de documento com sugestões relacionadas à PEC da Segurança Pública. Explicou que, considerando o estágio avançado de tramitação da PEC, a possibilidade de apresentação de emendas já havia sido encerrada, tendo sido sugerida a elaboração de manifestação ou documento para registrar, no âmbito do Conselho, a preocupação da Câmara com a inclusão da segurança turística nas diretrizes de segurança pública. Informou que Vitor havia



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

encaminhado novamente o documento para revisão e sugeriu retomar sua discussão, buscando também contemplar a demanda relacionada ao uso de drogas em destinos turísticos.

Ressaltou que o documento não teria como solucionar a problemática, mas poderia registrar a posição da Câmara sobre o tema. Informou que, apesar de o documento já ter sido compartilhado no grupo, ainda não haviam sido recebidas sugestões, propondo reforçar a discussão e definir estratégias para os próximos três meses. Registrou que a próxima reunião da Câmara Temática está prevista para 19 de novembro, enquanto as datas das subcâmaras e da reunião do Pleno ainda dependem de confirmação. Mencionou, ainda, a possibilidade de realização da reunião do Conselho na ABAV, ainda não confirmada, e destacou a necessidade de considerar essas definições para o planejamento das próximas ações.

Em seguida, em razão de dificuldades de conexão de Vitor, Leonardo, da Embratur, realizou uma breve contextualização sobre os assuntos tratados anteriormente na reunião.

Vitor (Embratur) – Informou que a PEC da Segurança retomou sua tramitação no Congresso Nacional e destacou a oportunidade de incluir o turista na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, como grupo vulnerável, por meio de uma diretriz nacional.

Ressaltou que, a partir dessa inclusão, poderiam ser desenvolvidas diretrizes específicas para diferentes grupos vulneráveis, com apoio de estudos e especialistas. Sugeriu que o Conselho Nacional de Turismo articulasse a proposta junto à bancada do turismo no Congresso, aproveitando o atual processo de revisão da PEC.

Por fim, destacou que a política nacional de segurança precisa ser periodicamente atualizada para acompanhar a evolução da criminalidade e defendeu a inclusão do turista nesse processo, considerando o crescimento e a relevância do turismo no cenário nacional.

Tatiana Oliveria (Mtur) – Avaliou que a PEC da Segurança dificilmente avançará na atual gestão, mas apontou boas perspectivas para o próximo governo, ressaltando a relevância da pauta. Sugeriu que a Subcâmara elabore um documento defendendo a inclusão do turismo como diretriz na política nacional de segurança pública, para posterior validação no Conselho Nacional de Turismo e encaminhamento ao relator.

Propôs, ainda, incluir no documento a questão das drogas, em resposta à indicação recebida pelo Ministério, como forma de registrar o posicionamento da Subcâmara e, posteriormente, do Conselho.

Vitor (Embratur) – Esclareceu que a discussão envolve tanto a PEC da Segurança Pública quanto a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, cuja elaboração é de responsabilidade do Ministério da Justiça. Informou não ter conhecimento sobre o trâmite de



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

aprovação e promulgação da política, indicando que essa questão poderia ser avaliada por profissionais da área jurídica.

Tatiana Oliveria (Mtur) – Esclareceu que a PEC depende de aprovação pelo Congresso, enquanto a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social é implementada pelo Ministério da Justiça e órgãos parceiros. Sugeriu encaminhar o documento também a esses órgãos, para conhecimento e divulgação, destacando que a iniciativa representaria uma manifestação do setor turístico pela inclusão do turismo nas diretrizes de segurança pública, considerando sua relevância econômica e os impactos no fluxo turístico.

Vitor (Embratur) – Destacou que, com a inclusão do turismo em uma diretriz nacional, seria possível definir fontes de recursos e, posteriormente, detalhar ações de capacitação dos profissionais de segurança, incluindo agentes públicos e guardas municipais, além de capacitação em idiomas com apoio de parceiros. Ressaltou que a medida demonstraria a preocupação nacional com a segurança dos turistas, brasileiros e estrangeiros.

Leonardo Persi (Embratur) – Confirmou o entendimento de que a demanda sobre o uso de drogas seria aproveitada, ampliando-se a abordagem para a questão da segurança pública no turismo.

Tatiana Oliveria (Mtur) – Informou que o documento de referência apresentado por Vitor seria compartilhado novamente no grupo para contribuições dos participantes. Destacou a necessidade de estabelecer prazos, considerando a possibilidade de apresentação do documento na próxima reunião do Conselho. Propôs o dia 11 como prazo para envio das contribuições e, com o apoio de Vitor, a consolidação do documento entre os dias 14 e 18, para posterior validação pelo grupo e apresentação ao Conselho.

Vitor (Embratur) – Destacou a importância de que os participantes realizem uma leitura inicial do material e contribuam com novas ideias para o aprimoramento da proposta. Informou que a propositura inicial será voltada à inserção do turista no arcabouço nacional de segurança, seguida da elaboração e do detalhamento de diretrizes específicas.

Ressaltou, ainda, que a construção das diretrizes deverá contar posteriormente com a participação de especialistas e de representantes de diferentes órgãos e instituições relacionados à segurança turística, incluindo delegados de Delegacias de Atendimento ao Turista e chefes de batalhões turísticos. Reforçou que o principal objetivo da iniciativa é sensibilizar os atores envolvidos e promover a inserção da temática do turista nas diretrizes nacionais de segurança.

Tatiana Oliveira (MTur) – Informou que o prazo para envio de contribuições será até 11 de setembro. Após esse prazo, o material será encaminhado para revisão e, posteriormente, para validação. Destacou a necessidade de avaliar a realização de uma reunião extraordinária para



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

apreciação das contribuições ou, alternativamente, verificar a possibilidade de aprovação do material pelo próprio grupo.

Em seguida, deu continuidade à pauta, apresentando os encaminhamentos da Subcâmara e destacando que, em relação ao item de segurança pública, foram definidos os prazos mencionados anteriormente. Na sequência, apresentou informe referente à Subcâmara de Turismo de Aventura. Informou que, após diálogo com o Secretário, foi acordado o recebimento dos representantes da Subcâmara para apresentação e discussão da minuta de decreto destinada à regulamentação das normas mínimas de segurança para o turismo de aventura. Registrou que a maioria dos representantes já havia confirmado presença no encontro, havendo apenas uma ausência previamente sinalizada.

Leonardo Persi (Embratur) – Informou que não poderá participar da reunião prevista, em razão de compromisso relacionado ao evento internacional, no qual realizará uma apresentação. Solicitou, então, que Vitor verificasse sua disponibilidade para representar a Embratur no encontro.

Tatiana Oliveira (MTur) – Esclareceu que a reunião ocorrerá no dia 17, às 15h, em formato híbrido, e reforçou a importância da participação dos representantes da Embratur. Destacou que, em reunião realizada anteriormente, Bruno Reis havia solicitado o fortalecimento do trabalho das Câmaras Temáticas, ressaltando que a participação dos representantes seria importante para o desenvolvimento das discussões.

Vitor (Embratur) – Informou que estará de férias no período de 8 a 23 de setembro, o que deverá ser considerado na definição da representação da Embratur na reunião prevista para o dia 17.

Leonardo Persi (Embratur) – Informou que verificará internamente com Alexandre, gerente da Embratur, a possibilidade de participação no evento. Caso não seja possível, será avaliada a indicação de outro representante.

Tatiana Oliveira (MTur) – Propôs alinhar previamente os assuntos a serem tratados na reunião com o Secretário, considerando o tempo limitado disponível. Sugeriu que a reunião tenha duração estimada de até uma hora, com possibilidade de condensação da pauta, caso necessário.

Como proposta para a condução do encontro, sugeriu que sejam apresentados os principais pontos considerados mais sensíveis pelos especialistas na minuta de decreto, especialmente aqueles relacionados à segurança turística e à certificação, seguidos de espaço para discussão, esclarecimentos e eventuais dúvidas conceituais.

Ressaltou que não considera indispensável a elaboração de uma apresentação formal, mas colocou a possibilidade de os participantes prepararem alguns slides, caso entendam necessário.



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

Leonardo Persi (Embratur) – Questionou se seriam tratados tanto os aspectos relacionados à minuta de decreto quanto o programa de certificação.

Tatiana Oliveira (MTur) – Esclareceu que o foco principal será a apresentação e discussão da minuta de decreto, mas que os temas relacionados à consulta sobre segurança e certificação poderão ser abordados de forma complementar, especialmente para registrar as dificuldades identificadas no processo de certificação.

Leonardo Persi (Embratur) – Sugeriu que a reunião seja conduzida diretamente a partir dos pontos críticos identificados, evitando uma apresentação extensa, de modo a aproveitar melhor o tempo disponível para a discussão técnica.

Pollyana Pugas (Abeta) – Concordou com a proposta e sugeriu que seja adotada a mesma linha de trabalho utilizada na leitura inicial do documento, destacando os principais pontos da minuta e, caso os dois temas sejam tratados conjuntamente, incorporando também os aspectos relevantes relacionados à certificação que não estejam contemplados especificamente no decreto.

Tatiana Oliveira (MTur) – Sugeriu que sejam preparados, no máximo, cinco slides, apenas para apresentar os principais pontos, especialmente em relação à nomenclatura e aos aspectos considerados mais relevantes. Ressaltou que também poderá ser aproveitado o espaço para apresentar as percepções do grupo sobre o programa de certificação, objeto de consulta, sem que este seja o foco principal da reunião.

Destacou que o encontro deverá priorizar a manifestação dos participantes sobre as principais preocupações, pontos relevantes e aspectos positivos da regulamentação proposta, de modo a subsidiar a construção de argumentos para sua defesa junto ao Ministro. Reforçou, ainda, a importância de evidenciar não apenas as críticas, mas também a relevância de avançar na regulamentação das normas mínimas de segurança turística.

Retomou o encaminhamento definido na reunião anterior referente à articulação com parceiros envolvidos na temática, especialmente ANAC, ICMBio e Sebrae. Informou que, para a reunião inicialmente prevista, foi orientado que o Sebrae não fosse envolvido, uma vez que o Secretário pretende realizar uma conversa específica com a instituição, a ser agendada posteriormente. Após essa interlocução, a intenção é retomar a articulação com o Sebrae e os demais parceiros.

Quanto à ANAC e ao ICMBio, foi discutida a definição do formato de articulação, podendo ocorrer por meio de ofício, reunião ou webinar, a fim de dar continuidade às tratativas e fortalecer a parceria com o Ministério do Turismo.

Leonardo Persi (Embratur) – Informou que, em sua avaliação, a articulação com o Sebrae deverá ocorrer após a reunião com o Secretário, considerando a possibilidade de novas



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

orientações por parte do Ministério do Turismo que possam impactar a minuta e as tratativas em andamento.

Pollyana Pugas (Abeta) – Concordou com a sugestão de Leonardo Persi, destacando que a articulação com as instituições antes da reunião poderia ocorrer em momento inadequado, considerando a possibilidade de alterações no texto e a necessidade de assegurar espaço para contribuições. Dessa forma, considerou mais adequado realizar as tratativas após a reunião com o Secretário.

Leonardo Persi (Embratur) – **Destacou** que, no desdobramento da reunião de 17 de setembro e da agenda do Sebrae com o Secretário, torna-se oportuno retomar as tratativas sobre o balonismo, considerando os incidentes ocorridos, o histórico de reuniões e as novas normas da ANAC.

Tatiana Oliveira (MTur) – Registrou-se a concordância com a proposta, com o informe de que a Agenda Regulatória 2027–2028 da ANAC está em consulta pública até o dia 24 de setembro, prevendo a regulamentação do balonismo. Destacou-se que o Ministério do Turismo já formalizou contribuição favorável à pauta e encorajou o engajamento das entidades do setor na referida consulta

Leonardo Persi (Embratur) – Questionou se as contribuições à consulta pública da ANAC deverão ser encaminhadas de forma unificada pelas entidades ou individualmente por cada instituição.

Tatiana Oliveira (MTur) – Esclareceu que as contribuições à consulta pública da ANAC devem ser realizadas individualmente por cada entidade, por meio da plataforma Gov.br, com a devida identificação. Destacou, ainda, a importância de mobilizar o setor e as associações para reforçar o apoio à regulamentação do balonismo.

Em continuidade à pauta, fez-se referência ao Conselho Nacional de Turismo (CNT) e à apresentação dos avanços na reunião subsequente. Indagou-se se, além dos tópicos ligados à segurança, a Subcâmara de Turismo de Aventura pretende submeter outras demandas ao CNT. Esclareceu-se que a definição prévia dessas pautas é necessária para fundamentar o ofício a ser enviado à Secretaria do Conselho, conforme solicitado.

Pollyana Pugas (Abeta) – Informou que consultará a diretoria da ABETA para verificar possíveis sugestões de pauta relacionadas ao turismo de aventura para apresentação no CNT.

Tatiana Oliveira (MTur) sugeriu que sejam considerados temas como a regulamentação, a retomada de políticas e programas de turismo de aventura, a divulgação das normas e a sensibilização do trade, em alinhamento com as discussões realizadas pelas entidades participantes.



Leonardo Persi (Embratur) – Destacou a necessidade de uma nova etapa do Programa Aventura Segura, considerando o aumento de novos empreendimentos no setor e a necessidade de ampliar a qualificação e a implementação das normas de segurança. Ressaltou a importância de avaliar, junto ao Sebrae, a ampliação do apoio ao setor, inclusive para facilitar o acesso às normas da ABNT, especialmente para pequenos negócios. Informou que, em período anterior, o Sebrae custeava o acesso gratuito às normas para o turismo de aventura e sugeriu a retomada desse apoio, eventualmente por meio de um novo programa de duração plurianual.

Pollyana Pugas (Abeta) – Complementou a discussão, destacando a necessidade de subsídio para o acesso às normas, especialmente para pequenos empresários. Ressaltou também a importância de retomar ações de sensibilização e comunicação com o consumidor final, incentivando a busca por empresas formalizadas e que adotem práticas seguras no turismo de aventura. Sugeriu que uma campanha de consumo consciente seja considerada como iniciativa anterior ou complementar a uma nova etapa do Programa Aventura Segura.

Tatiana Oliveira (MTur) – Informou que os três temas sugeridos serão formalizados no e-mail ao Secretário para definição dos encaminhamentos. Em seguida, confirmou a realização do webinar para 2 de setembro, com os palestrantes já definidos, aguardando apenas a confirmação da Senacon. Informou que estão sendo realizadas tratativas para incluir representante da Senacon no webinar, conforme solicitação do Secretário. Também destacou a sugestão de participação da Ouvidoria do Ministério do Turismo, considerando o volume de reclamações relacionadas à prestação de serviços que chegam ao Ministério, embora muitas estejam vinculadas a relações de consumo e não sejam de competência direta do órgão. A participação da Ouvidoria poderá contribuir com dados e informações sobre essas demandas e com a discussão de possíveis fluxos de encaminhamento. Informou que o webinar terá duração aproximada de 1h30 e destacou a intenção de ampliar sua divulgação para o setor, permitindo a participação de interessados além dos integrantes da Subcâmara. Informou, ainda, que será elaborado o convite, com minicurrículos dos participantes, tão logo seja confirmada a participação da Senacon.

Pollyana Pugas (Abeta) – Informou que, após conversa com Luciana, sugeriu utilizar o webinar para identificar as principais problemáticas relacionadas ao tema, ouvindo os participantes e levantando um panorama do cenário, incluindo questões enfrentadas por micro e pequenos empresários e outras reclamações recorrentes. A partir desse diagnóstico, os resultados poderão subsidiar a elaboração de um plano de trabalho e a definição dos próximos encaminhamentos, com Ítalo atuando na mediação.

Tatiana Oliveira (MTur) – Concordou com a proposta de utilização do webinar para ampliar as contribuições dos participantes.



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

Em seguida, informou que a Subcâmara do Turista Vulnerável ainda não elaborou o formulário de consulta às entidades do setor, conforme havia sido acordado. Apesar de Ricardo da Câmara LGBT ter encaminhado documentos e uma pesquisa realizada pelo Booking, ainda é necessário elaborar um formulário próprio com a participação da Subcâmara. Ressaltou que o Ministério pode apoiar as atividades, mas cabe às Subcâmaras conduzir e executar as tarefas, considerando as limitações operacionais da equipe. Por fim, abriu a palavra para manifestações dos participantes.

Leonardo Persi (Embratur) – Questionou se a Subcâmara deveria assumir novos temas até o final do ano ou se os assuntos já definidos seriam suficientes para o período.

Tatiana Oliveira (MTur) – Destacou que já há uma quantidade significativa de demandas em andamento e que, diante das limitações operacionais, será necessário priorizar os temas e dividir as tarefas entre os integrantes.

Como encaminhamento, sugeriu priorizar o tema do turista estrangeiro, considerando a demanda apresentada pela Subcâmara sobre a vulnerabilidade desse público, podendo-se posteriormente abordar a questão do público LGBT. Ressaltou a necessidade de definir uma estratégia de trabalho em razão do calendário reduzido até o final do ano.

Leonardo Persi (Embratur) – Esclareceu que sua manifestação não se referia à atuação da Subcâmara, mas à necessidade de priorização diante das demais demandas em andamento. Relatou que, em conjunto com Vitor, avaliou a possibilidade de iniciar os trabalhos pelo tema do público LGBT, considerando sua vulnerabilidade e situações de preconceito, mas ponderou que as orientações destinadas aos profissionais do turismo, como hotelaria, bares, restaurantes e órgãos públicos, podem contemplar diferentes grupos vulneráveis de forma integrada.

Destacou que profissionais do setor devem estar preparados para atender adequadamente pessoas com deficiência ou necessidades específicas, pessoas negras, pessoas LGBT, entre outros públicos. Sugeriu, portanto, avaliar uma abordagem mais ampla e integrada, sem prejuízo da manutenção do público LGBT como prioridade inicial, caso essa seja a decisão da Subcâmara.

Tatiana Oliveira (MTur) – Reconheceu a relevância da abordagem voltada aos públicos vulneráveis, mas ressaltou a necessidade de definição de responsáveis para a execução das tarefas. Informou que, caso não haja parceiros disponíveis para conduzir a temática, será necessário priorizar outras demandas.

Propôs realizar contato com Ricardo para compreender as dificuldades relacionadas ao encaminhamento da tarefa e avaliar a possibilidade de apoio. A partir desse retorno, sugeriu definir entre a manutenção do tema dos públicos vulneráveis, com foco inicial no público LGBT,



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

ou a priorização do tema do turista estrangeiro, conforme a capacidade de execução dos integrantes. Caso não haja condições de desenvolver a temática neste momento, sugeriu apenas postergar seus trabalhos, sem encerrá-la definitivamente.

Vitor (Embratur) – Informou que, durante capacitação realizada com policiais militares no Tocantins, identificou lacunas de conhecimento sobre turismo e segurança turística, incluindo aspectos da legislação do setor. Relatou ter desenvolvido materiais didáticos para uma capacitação geral, com foco em atendimento humanizado e orientação sobre públicos vulneráveis, complementados por conteúdos específicos sobre mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Como possibilidade de encaminhamento, sugeriu a elaboração de um material único e abrangente sobre atendimento a públicos vulneráveis, com posterior detalhamento das orientações conforme cada segmento.

Tatiana Oliveira (MTur) – Realizará contato com a entidade responsável para verificar a possibilidade de obter um retorno sobre a demanda em curto prazo. Até que haja uma definição, propôs deixar suspensas as atividades da Subcâmara relacionadas ao tema.

Por fim, informou sobre a previsão de participação em eventos entre setembro e novembro, destacando o ABETA Summit e a ABAV como oportunidades para abordar as temáticas discutidas pela Subcâmara. Em relação à ABAV, mencionou a possibilidade de espaços destinados ao turismo de aventura e à temática de relações de consumo, ainda pendentes de confirmação, e propôs a elaboração de sugestões de pauta, incluindo a temática de segurança turística.

Quanto ao ABETA Summit, informou que estava em andamento diligência para validação da participação do Ministério e destacou a necessidade de definir previamente o formato de atuação do grupo, como painéis e participação de parceiros. Solicitou aos participantes informações sobre eventuais propostas ou demandas que pudessem ser apresentadas nos eventos.

Leonardo Persi (Embratur) – Informou que a Embratur contará com espaço na ABAV Expo e perguntou se o Ministério do Turismo também terá espaço no evento

Tatiana Oliveira (MTur) - Informou que a participação do Ministério ainda está em fase de validação, mas há previsão de espaço para realização de palestras e debates. Destacou a importância de definir previamente o formato e as necessidades técnicas para viabilizar a estrutura junto à área responsável pelos eventos.

Pollyana Pugas (Abeta) – Sugeriu aguardar os resultados do webinar previsto para a semana seguinte para identificar os principais pontos a serem discutidos e avaliar sua inclusão na programação da ABAV. Em relação ao ABETA Summit, informou que verificará a programação e



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

os espaços disponíveis, destacando que a temática de segurança turística poderá ser contemplada.

Tatiana Oliveira (MTur) – Reforçou a importância da participação de pelo menos um dos convidados, Secretário ou Aldo, na abertura ou em fala institucional durante o ABETA Summit, destacando a necessidade de alinhar previamente a participação para possibilitar a organização das agendas. Ressaltou que, embora o evento esteja previsto para novembro, haverá concentração de atividades nesse período em razão do calendário pós-eleitoral, sendo necessário considerar a programação com antecedência. Reforçou, ainda, a necessidade de conclusão da diligência para validação da participação do Ministério no evento.

Vitor (Embratur) – Informou que caso seja definida temática, seja encaminhado e-mail formal pela Câmara ou pela coordenação à Embratur, apresentando o evento e realizando o convite para participação.

Tatiana Oliveria (Mtur) – Informou que o convite à ABETA já estava sendo encaminhado e que verificaria quem seria responsável pela articulação com a ABAV. Em relação à Embratur, considerou provável a participação da instituição, mencionando a possibilidade de Tania Nery também estar envolvida, em razão de outro ACT firmado com o Ministério.

Leonardo Persi (Embratur) – Informou que já havia espaço previsto para a participação da Embratur e mencionou uma ação com Alessandra Nunes, coordenadora da área de Diversidade de Povos Indígenas. Reforçou a sugestão de encaminhamento de ofício à Embratur para o convite, destacando a importância de indicar Vitor como representante no tema de segurança turística. Informou ainda que sua participação no evento da ABETA já estava confirmada e que poderia representar a Embratur nas discussões relacionadas à segurança no turismo de aventura, colocando-se à disposição para contribuir nos eventos pertinentes.

Pollyana Pugas (Abeta) – Solicitou a confirmação do endereço de e-mail para o qual o convite à ABETA havia sido encaminhado, a fim de realizar o acompanhamento do envio.

Tatiana Oliveria (Mtur) – Informou que não tinha confirmação do endereço de e-mail utilizado para o envio do convite à ABETA, mas mencionou que Maria Fernandes havia confirmado que a diligência já havia sido realizada.

Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.



ENCAMINHAMENTOS

Segurança Pública e PEC da Segurança

- Prazo para contribuições: Até 11 de setembro, para o envio de sugestões ao documento de referência (inclusão do turista na Política Nacional de Segurança e combate ao uso de drogas).
- Consolidação do documento: Vitor (Embratur) e equipe consolidarão as contribuições entre 14 e 18 de setembro.
- Tramitação do documento: Após a validação pelo grupo, sugeriu-se o envio do documento ao Conselho Nacional de Turismo (CNT), com posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, ao Ministério da Justiça e aos demais órgãos parceiros.

Subcâmara de Turismo de Aventura e Reunião com o Secretário

- Reunião com o Secretário: Agendada para o dia 17 de setembro, às 15h (formato híbrido), com foco na minuta de decreto sobre normas mínimas de segurança turística.
- Formato da apresentação: Recomendou-se uma apresentação sucinta, de no máximo 5 slides, focada nos pontos mais críticos da minuta.
- Sebrae: Tratativas institucionais aguardam reunião de seu representante com o Secretário.
- ANAC e ICMBio: O formato de alinhamento (ofício, reunião ou webinar) será definido após a reunião de 17/09 com o Secretário, referente à minuta do decreto.

Pautas para o Conselho Nacional de Turismo (CNT)

- Subcâmara formalizará a solicitação de inclusão de pautas na agenda do Conselho Nacional de Turismo (CNT), contendo a descrição dos temas a serem abordados

Subcâmara do Turista Vulnerável

- Tatiana (MTur) alinhará com Ricardo o apoio aos processos da Subcâmara do Turista Vulnerável relativos às demandas do público LGBTQIA+. Com base nesse retorno, definir-se-á se a prioridade inicial permanecerá no segmento.